

Obrigado pela oportunidade para falar um pouco dos setores, sobre a concessionária, sobre o Metrô do Rio de Janeiro. Então, acho que, apesar de não ter tido nenhuma pergunta específica sobre o Metrô, a gente está dentro desse ecossistema, dentro do modelo de transporte, é importante que a gente fale um pouco das nossas dificuldades.

Bom, primeiro, o setor de transporte no Rio de Janeiro depende exclusivamente da receita tarifária. A gente não tem nenhum subsídio operacional para cumprir com as nossas obrigações. E como os senhores - já foram comentados por todos -, a gente teve uma queda de 80% na nossa demanda e, conseqüentemente, na nossa receita.

Então, o Presidente da Supervia já comentou, o Carlos já comentou, é um setor que depende basicamente de aglomeração, porque são modais de alta capacidade. Como você teve, então, uma queda de 80% na demanda e, conseqüentemente, na receita, você começa a ter um problema para a manutenção da continuidade do sistema de transporte como um todo. Falando um pouquinho da nossa concessão, da concessionária, nós somos um operador privado, mas prestamos um serviço público essencial. Acho que isso está claro para todos, isso é muito importante, nós não vimos medindo nenhum tipo de esforço para garantir a qualidade do serviço da população. A gente cumpriu todas as determinações, a gente disponibilizou álcool em gel em todas as estações. A gente está fazendo sanitização das estações e dos trens, conforme previsto na lei. Até antes de se tornar lei a gente já fazia isso, por entender que isso seria importante para a população. Só que a nossa estrutura de custo ela é fixa, não é? A gente tem muita dificuldade de redução porque, assim, o trem custa a mesma coisa operando cheio ou operando vazio. Isso mostra um pouco da dificuldade do setor.

Falando um pouquinho da situação, há outro item relevante, que eu acho que é importante compartilhar, o Metrô, mesmo na pandemia, manteve 100% das suas estações em operação. Nós mantivemos o horário de funcionamento. Quer dizer, nós continuamos operando de segunda a sábado de cinco à meia-noite; e aos domingos de 7 às 23 horas.

Então, a gente vem fazendo todos os esforços possíveis para melhorar, para dar uma qualidade de deslocamento para a população neste período de pandemia, porque entendemos o nosso papel na sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Parabéns, Dr. Daniel, eu encerro sua fala. Gostei, é que nós já estamos no limite.

Gostaria de passar a palavra, por gentileza, a...

O SR. DANIEL HABIB COUTINHO - Deputado, eu só peço um minuto, por favor? Eu peço apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Pois não.

O SR. DANIEL HABIB COUTINHO - Porque eu preciso contextualizar um pouco o cenário financeiro na companhia. Já tivemos um prejuízo acumulado operacional nesses três meses na ordem de 130 milhões de reais. Então, esta é uma situação complicada. O nosso caixa, a gente só tem caixa na concessionária para cumprir as obrigações até agosto, até o mês de agosto. A partir daí, a gente vai ter dificuldade para manter a operação.

Então, eu sei que o tempo é importante, mas a gente tem que encontrar uma solução, precisamos começar a discutir alguma solução que viabilizem o sistema de transportes, porque na forma como que esse processo está se desenhando, a gente não tem nenhum prognóstico de recuperação, a concessionária vem fazendo todos os seus esforços para a manutenção disso, mas o sistema começa a ser pressionado e podemos ter problema na continuidade do serviço. É importante que a gente discuta isso com o poder concedente, com o Poder Legislativo, para que a gente busque soluções emergenciais que mantenham o sistema de transportes no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - O tema está à disposição da Comissão para tratar do assunto, mas hoje ainda o Secretário de Estado de Transporte vai responder com relação ao que o senhor colocou. Muito obrigado pela sua apresentação.

Com a palavra o Dr. Armando Guerra Júnior, Presidente executivo da Fetranspor, por gentileza.

Muito obrigado, Dr. Daniel.

O SR. ARMANDO GUERRA JÚNIOR - Presidente, diversas dessas questões que foram colocadas aí são conseqüências do modelo de financiamento do transporte público no Rio de Janeiro. Os passageiros já não suportam mais o custo do transporte e as receitas dos operadores não conseguem cobrir mais os custos e as despesas.

Então, nós estamos vivendo hoje um impasse. É importante deixar claro que o preço da passagem é calculado pelo custo do sistema dividido pelo número de passageiros pagantes. O que tem ocorrido nos últimos tempos? Os custos têm aumentado ano após ano com a incorporação de benefícios que são colocados; e o número de pagantes no transporte público cai ano a ano. Está certo? Nós temos um forte desemprego, nós temos a concorrência do transporte ilegal no Rio de Janeiro, que é muito forte. Assaltos e incêndios a ônibus. A concorrência dos aplicativos nas rotas curtas, certo? As gratuidades e a perda do poder aquisitivo da população. Não é possível mais a gente imputar aos mais pobres, está certo? Aquilo que é o direito, que consta na Constituição Federal, 100% do ônus. Hoje ele paga, todo esse benefício é pago pela população mais pobre da nossa sociedade. Esse modelo acabou. A pandemia simplesmente acelerou esse processo. Permanecendo ele dessa forma, nós vamos ter uma degradação acelerada do transporte público do Rio de Janeiro. Vamos ter um aumento de congestionamento, uma queda da qualidade do ar, o avanço do transporte ilegal comandado pelas milícias e traficantes e, principalmente, uma perda ainda maior na qualidade de vida dos menos favorecidos.

A imposição pelo Governo Estadual da necessária restrição de circulação do transporte público impôs um prejuízo astronômico ao setor. Apenas nos ônibus intermunicipais - nós estamos falando só nos ônibus que são geridos pelo Estado - nós tivemos um prejuízo de 350 milhões de reais até o mês de junho para fazer isso. Repare o seguinte: isso não é perda de receita, que de receita nós perdemos mais de um bilhão de reais nesse período; 350 milhões foram prejuízos efetivamente. É insustentável para a gente essa relação que está estabelecida. Até o ano de 2019, nesses últimos quatro anos, nós chegamos a perder 25% dos passageiros pagantes. Isso acaba onerando a passagem desses passageiros. E acontece um fator que é esperado: as gratuidades aumentam durante esse período.

Então, eu tenho a redução do passageiro pagante e o aumento das gratuidades nesse período, que não são pagas pelo Governo. E, quando pagas, apenas com a tarifa de 1 real, que está sendo colocada. Nós temos dois fatores adicionais. A tarifa de 2019 foi dada de forma equivocada. Ela contém um erro de cálculo, já inclusive admitido pelo Detro, que não nos foi dado. E que hoje é motivo de uma ação judicial em que nós estamos pleiteando essa correção da tarifa de 2019. E mais: a tarifa de 2020, apesar de já ter sido solicitada, nem foi considerada. Ela deveria ter sido dada, hoje, em fevereiro deste ano. E nós hoje estamos mantendo ainda uma tarifa absolutamente defasada. Todos os demais modos de transporte tiveram os seus reajustes tarifários, exceto os ônibus intermunicipais.

É importante destacar também que, no mundo inteiro, nas grandes cidades do mundo, o transporte público é subsidiado pelo setor público. No Brasil nós temos o exemplo da cidade de São Paulo, que aporta no setor público 3 bilhões de reais por ano para subsidiar o sistema. O que daria uma tarifa equivalente, para o transportador, na cidade de São Paulo, de sete reais. Ele recebe 4,30 do usuário e completa, para chegar a 7 reais, com subsídio público.

Nós estamos entendendo que existem gravíssimas restrições orçamentárias no Governo Estadual. Nós não estamos conseguindo nem as desonerações fiscais, que nós já pleiteamos ao Governo, e a liberação de restrições burocráticas nós estamos tendo benefícios. E estamos contando com o apoio do Secretário Delmo na busca de recursos federais, que é a chance de vir um recurso projeto sistema de transporte do Rio de Janeiro e evitar o colapso.

Então, nós não estamos falando neste momento de ineficiência do transporte. Nós estamos falando realmente que nós estamos com risco iminente de um colapso do transporte público no Rio de Janeiro.

Estou à disposição, Presidente, se precisar de mais algum esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Muito obrigado, Presidente, Dr. Armando. Eu quero agradecer e quero passar a palavra à Agetransp, ao Dr. Murilo. E, logo a seguir, vou passar ao Secretário Municipal dos Transportes, Ministro Secretário, Paulo Jobim. E, a seguir, encerro com o Secretário de Estado de Transportes, com o tempo mais flexível, para que ele responda todos os questionamentos.

Devo parabenizá-lo e dizer que o transporte realmente está pedindo socorro. Tem que ter um investimento, eu nós também não podemos deixar de cair a qualidade do transporte. E hoje nós estamos passando ainda por esse questionamento do vírus. Mas o tema é complicado. Porque o vírus, a gente está conseguindo acabar com ele. A população, graças a Deus, está voltando à rotina de normalidade. Eu acho que com a prevenção nós vamos voltar a ter a demanda necessária. Eu agradeço ao senhor, Dr. Armando.

Com a palavra, o Dr. Murilo. Por gentileza, Dr. Murilo, Agetransp.

O SR. MURILO LEAL - Deputado Dionísio Lins, Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Peço a V. Sa. que responda aos Parlamentares, a toda a população que nos acompanha, as providências e os entendimentos que a agência reguladora vem tendo para solucionar, junto ao Governo do Estado, essa questão tão dramática hoje. De um lado, o empresariado pedindo socorro; do outro lado, a população pedindo socorro também e melhor atendimento. Enfim, para ver se conseguimos agregar e somar e ter uma solução plausível.

A Agetransp, por gentileza, para nos relatar. E, a seguir, eu vou convidar o Secretário do Município. Depois, o do Estado de Transporte. Para num todo resolvermos e encerrarmos a Comissão.

Por favor, com a palavra, o Dr. Murilo Leal.

O SR. MURILO LEAL - Sr. Presidente, Deputado Dionísio Lins, obrigado pela oportunidade. Aos demais Deputados também obrigado pela oportunidade de falar. Desejo uma boa tarde a todos os participantes da audiência.

Na verdade, nós tínhamos preparado uma pequena apresentação de todas as ações, todas as providências que nós estamos tomando nesse período de pandemia. Mas eu acredito que não teremos oportunidade, porque o tempo está apertado, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Presidente, não teremos, mas eu peço para que depois nos envie. Como eu vou...

O SR. MURILO LEAL - Podemos disponibilizar.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - ...pedir que envie também um relato pela Fetranspor. Como eu vou solicitar também ao pessoal da Barcas S.A. para que nos envie. Todos os segmentos que hoje debateram, eu vou pedir que nos envie, para que eu mande para cada Parlamentar e para os representantes das comunidades.

Então, eu peço ao senhor para que use da palavra e hoje (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA), dado o problema de que daí a pouco teremos de começar a nossa sessão e eu quero ouvir atentamente o Município e ouvir, por final, o Secretário de Estado de Transporte.

Por gentileza.

O SR. MURILO LEAL - É, eu imaginei. Nós temos uma apresentação bem robusta, que eu acho que vale a pena V. Exas. terem acesso sim. Inclusive, todo material citado, que nós vamos distribuir para V. Exas., nós vamos disponibilizar no site também da agência, porque nós fazemos referência a diversas notas técnicas, diversos estudos que a agência tem feito.

A bem da verdade, Sr. Presidente, nós temos aí duas situações distintas, que foram discutidas na manhã e início da tarde toda. Temos a situação Covid, a situação emergencial Covid, que é para a qual eu acho que nós viemos aqui hoje nos ater especificamente; e temos a questão sistêmica, como um todo, que, como o Presidente Armando falou agora, o Covid veio para agravar essa situação. É uma situação do sistema, uma questão de política pública que principalmente o poder concedente, mas os órgãos de Governo terão que se debruçarem para tentar diminuir essa questão.

Enfim, efetivamente, Sr. Presidente, nós temos acompanhado todas essas alterações que têm sido feitas. E nesse material que trouxemos tem ali a demonstração das nossas notas técnicas, reuniões, fazendo reuniões sucessivas com Secretaria de Transporte, com as concessionárias, com todos os órgãos envolvidos, a Prefeitura, sistema de saúde. A Agetransp tem participado de diversos grupos de trabalho, no âmbito do poder estadual e, também, municipal. E grupos acima, que não englobam só uma esfera de poder. Na verdade, nós temos participado de todos os grupos de trabalho que somos acionados.

Nós sabemos que a situação de desequilíbrio econômico das concessionárias é um fato que realmente nos preocupa. As concessionárias já nos alertaram da possibilidade de colapso financeiro e possibilidade de insolvência, inclusive de paralisação dos serviços. Nós temos oficiado o poder concedente dos órgãos envolvidos em relação a isso. A agência tem participado de reuniões, visto o esforço do poder concedente, no caso, a Secretaria de Transporte, o que tem feito, em busca de financiamento ou de alguma outra forma de amenuação da situação financeira das concessionárias. A situação não está fácil, está difícil. Acho que o Secretário vai poder falar melhor sobre isso.

E eu acho que a preocupação de todos nós, eu tenho certeza de que o motivo principal dessa reunião aqui é a garantia de que neste momento de pandemia e de redução dos serviços e capacidade de resposta das concessionárias e de mudança dia a dia da operação não só por vontade do poder concedente, mas por imposição também da própria evolução da pandemia, acho que o principal objetivo aqui é a gente ter certeza de que os serviços prestados pelas concessionárias e aí eu exclusivamente só posso falar pelas as concessionárias Supervia, Metrô e Barcas, porque o transporte rodoviário não está sobre a nossa competência a garantia de que a gente conjugar todas essas peculiaridades que a pandemia nos trouxe, as dificuldades, as limitações de convívio interpessoal, de isolamento social com a necessidade de utilização do transporte público.

Nesse sentido, Presidente, a agência - e aí uma pena a gente não ter a possibilidade de lhe apresentar o estudo, a gente tem emitido diversas nossas técnicas, diversos estudos e, infelizmente, a agência não tem a velocidade para poder cravar o que está acontecendo de mais um, a gente já tem feito avaliação dia a dia. Semanalmente nós já temos aqui, só a título de ilustração, 55 semanas já fora, 55 relatórios, porque nós somos 5 concessionárias; aí eu estou incluindo também as concessionárias Via Lagos e a Rota 116, que graças a Deus são concessões que estão menos...

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Dr. Murilo Leal, agradeço muito e quero que vossa senhoria encaminhe para nós esse relatório.

O SR. MURILO LEAL - Me coloco à disposição, Presidente, e de todos os Deputados da Casa que queiram fazer contato com a agência. A agência está de portas abertas. Muitos Deputados que estão presentes já tem o nosso contato, pode ligar, liga para o meu celular, todos eles têm o meu telefone, a maioria deles, quem não tiver a gente está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Ok, muito obrigado. Queremos comunicar a todos os telespectadores da TV Alerj que temos o canal da Comissão de Transporte, é um canal no YouTube da Comissão de Transportes da Alerj; e temos o e-mail também, que é comissaoetransportesalerj@gmail.com para mandar para nós qualquer que seja as reivindicações.

Muito obrigado, Dr. Murilo.

Com a palavra o ilustríssimo senhor Secretário Municipal de Transporte, ex-Ministro de Estado, Paulo Jobim. E gostaria, das indagações que fizemos, de saber do Ministro Jobim, ora emprestando seu talento como Secretário Municipal de Transporte, qual é a sua opinião na questão BRT Rio de Janeiro e a questão principal que a população está pedindo socorro. BRT, os ônibus; os pontos dos ônibus sumiram, nós não conseguimos até agora a solução nem da Rio Ônibus, nem do segmento. Por isso estamos apelando ao senhor, a população está pedindo nesse momento questionamento sobre linhas de ônibus que pararam e não comunicaram. Segundo, o BRT. E, terceiro, estações do BRT que estão sucateadas.

Com a palavra o doutor...

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputado Dionísio Lins, só para acrescentar, reforçando o que V. Exa. disse, sobretudo as obras do BRT Transbrasil, que se arrasta pelas empresas.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Pois não, o Jobim vai responder todas as indagações, por favor, que por último eu vou chamar o Secretário do Estado.

Pode falar, Ministro Jobim.

O SR. PAULO JOBIM - Deputado Dionísio Lins, membros da Comissão, todos que estão presentes. Eu acho o seguinte, o transporte de massa é um desafio, vamos esquecer a pandemia, no mundo inteiro todo mundo que viaja e passa nas grandes metrópoles vê os metrô, os transportes de massa lotados nos horários de picos no mundo inteiro nas grandes metrópoles. Pior ainda é quando você enfrenta, como nós estamos enfrentando, uma situação extremamente grave que é uma pandemia que fez com que o sistema paralisasse e depois ter que ser retomado dentro do plano que está sendo desenvolvido no Município do Rio de Janeiro de retomada, está certo?

Então, é o programa Rio de Novo, e nós chegamos na Secretaria exatamente 30 dias atrás e estamos montando e temos uma equipe muito eficiente trabalhando dia e noite, porque nós pegamos o momento mais crítico, que é a retomada exatamente em função do Rio de Novo, onde as pessoas têm que ter o direito de ir ao seu trabalho, de voltarem às suas atividades ao mesmo tempo com segurança, para que isso não seja um fator de transmissão.

E é exatamente sobre isso que eu gostaria de rapidamente dizer o que a Secretaria está de fato fazendo. Primeira coisa, determinou que a frota seja usada 100%, porque havia no início da pandemia uma redução de frota em razão exatamente da baixa demanda. Nós retomamos a 100% e estamos acompanhando rigorosamente essa retomada da chamada frota efetiva, por quê? Porque as empresas paralisaram, os concessionários paralisaram os veículos e ao mesmo tempo teve a questão de liberação das pessoas para a redução de jornada e poderem também estar afastadas do trabalho, afastamento e redução de jornada.

Então, esse retorno tem que ser feito e está sendo feito, está sendo cobrado para que se retome a frota efetiva seja no BRT, seja no SPPO, que são os ônibus comuns. Eu gostaria de - eu estou aqui com o meu SubSecretário de Transportes, o Allan Borges, que ele fica, ainda bem que ele é muito ativo, porque todos os dias a partir de 4 horas da manhã está com nossos fiscais nas garagens, nos pontos, chamando os concessionários; e nós aqui recebendo e cobrando efetivamente a reposição de frota.

Nós temos todos esses dados e eu gostaria de dizer uma coisa, exatamente uma coisa que foi citada muito aqui, que é a questão de linhas que sumiram, problemas... Nós criamos um canal direto de comunicação e estamos recebendo todas as queixas, estamos fazendo uma tabulação de pontos, distribuindo aos operadores e ao mesmo tempo indo atrás para dar uma resposta ao público de porquê que a linha tal deixou de operar, porque que a linha tal está com tal problema, que é o dia a dia das pessoas. E nós temos que ter essa responsabilidade. Agora, essa retomada passou, antes não se poderia viajar em pé, isso em alguns modais como o BRT significa uma queda enorme da capacidade de transporte, dada a concepção do veículo. Agora, foi feito um decreto da Prefeitura estabelecendo que as pessoas podem viajar em pé desde que sejam cumpridas regras sanitárias de distanciamento de dois passageiros por m<sup>2</sup>. nós estamos agora fazendo as marcações em todos os veículos, onde as pessoas vão ter os locais onde podem ficar em pé, além de fazer o trabalho de massa dentro dos veículos e fora das estações de conscientizar as pessoas a respeito do risco de contaminação caso haja uma quebra desse padrão de ocupação dos modais.

Então, é uma atividade grande, nós temos fiscalizado intensamente, temos aqui números a respeito da fiscalização, o número de multas dadas no último mês superam as multas, dobram, é o dobro das multas dadas os três meses anteriores, quer dizer, o objetivo não é a multa, a multa é o resultado, é uma forma pela qual o poder público tem de impor a cobrança dos protocolos, está certo?

Então...

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Secretário, eu gostaria... Nós estamos com um horário já estourado, gostaria que o senhor fizesse o encerramento ou vê se o sub vai falar alguma coisa operacional para que eu possa chamar o Secretário Delmo.

Por gentileza.

O SR. PAULO JOBIM - Perfeito, pois não, é uma síntese rápida que o Allan Borges vai fazer para os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Com a palavra o Sub-Secretário de Transporte Dr. Allan Borges.

O SR. ALLAN BORGES - Muito boa tarde excelentíssimo Deputado Dionísio Lins, demais Deputados e colegas que estão participando. Para ser sucinto, nós recebemos da população quatro demandas agora nessa audiência pública que eu pude anotar salvo melhor juízo. Caso tenha surgido uma outra por conta do avançar da hora, eu posso me comprometer em responder por escrito à Comissão de Transporte. A primeira demanda foi sobre o BRT Transbrasil, que foi uma demanda de um Deputado que acabou de fazer uma fala logo no início...

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Deputado Waldeck.

O SR. ALLAN BORGES - O Deputado Waldeck, e eu queria esclarecer ao Deputado Waldeck Carneiro, que inclusive é uma pessoa que eu tenho muito apreço, que me conhece e eu também o conheço, que já foi feita uma PMI, viu, Deputado Waldeck? E já tem empresa interessada que já apresentou proposta, essa proposta está sendo analisada pela Secretaria de Transporte, pela Secretaria de Fazenda e pela também Secretaria de Obras, o que é importante que compete a nossa parte da Secretaria de Transporte: fazer a análise econômico-financeira, fazer a análise da tecnologia embarcada da proposta e também fazer a análise da integração tarifária. Nós nos comprometemos agora com vocês que em três semanas a gente entrega esse estudo pronto, não só para a Comissão de Transporte, mas como também para a própria tratativa e o avanço da PMI; porque o resultado dessa PMI vai gerar mais conforto para a população e mais mobilidade urbana.

Então, do BRT Transbrasil é esse o estado da arte. Com relação ao item 2, que é sobre a Ilha do Governador, que foi pautado pela sociedade civil, inclusive, pelo colega Wagner Victor sobre a empresa de ônibus Parapanuan, ela tem dois terminais em que estaciona, que são em Ribeira e Bananal. Eu quero deixar registrado aos senhores que nós estamos fazendo fiscalizações diárias, inclusive, amanhã nós estaremos lá nesses dois terminais fiscalizando a empresa Parapanuan. Eles têm hoje 56 ônibus em funcionamento e desses 56, 48 são convencionais e 8 são ônibus modalidade BRT. De fato, é recorrente a reclamação da população sobre essa empresa do ponto de vista da má prestação de serviço. E a Secretaria está intensificando não só por conta dessa audiência, mas em especial também por conta dessa audiência que emana o clamor da população operações ordinárias a partir de amanhã nesses locais.

A SRA. PATRÍCIA SALVADOR - Deixa-me fazer uma intervenção? Desculpa.

O SR. ALLAN BORGES - Por favor.

A SRA. PATRÍCIA SALVADOR - Ilha do Governador, Patrícia.

O SR. ALLAN BORGES - Oi, Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA SALVADOR - Representando a Ilha do Governador. Não existe serviço prestado pela Parapanuan, eu sou usuária do ônibus e todos os dias nós ficamos no meio do caminho, o ônibus não consegue sair da garagem do ponto final e chegar ao centro da cidade, ele sempre quebra e a gente sempre fica no meio do caminho.

Obrigada.

O SR. ALLAN BORGES - Você tem toda a razão. E é por isso que nós vamos intensificar, viu, Patrícia, as fiscalizações, em especial também para que vocês percebam a atuação e a permanência da Prefeitura de mais ordinariamente possível dialogando com a população e cobrando o contrato de concessão, como disse o colega Wagner Victor, que concessão não é mineração.

O SR. PRESIDENTE (Dionísio Lins) - Eu gostaria de sugerir ao Secretário Paulo Jobim e ao Subsecretário de Transporte Allan